Setembro / 2026 - Nº 1005

Fala Intersindical

A voz que informa, mobiliza e transforma.

Intersindical dos Profissionais de Nível Médio e Universitário da CELESC
SENGE-SC / SINTEC-SC / SAESC / SINDECON-SC / SINDIQUÍMICA-SC

Negociações ACT 2026/2028: A conta não fecha!



As negociações do nosso Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) chegaram a um gargalo nas cláusulas financeiras. A justificativa dos representantes da Celesc na mesa de negociação tem sido repetitiva: argumentam que o custo de pessoal está fora dos limites regulatórios, que o PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outras Despesas) está muito elevado e que o fluxo de caixa apresenta problemas. Sob essa premissa, alegam ser impossível conceder avanços aos empregados.

A Intersindical vem, desde a primeira rodada, questionando essa narrativa e cobrando incessantemente que a empresa abra a "caixa-preta" do PMSO. Até o momento, os dados foram negados. A gestão insiste em vender a terceirização como uma solução para a redução de custos, mas a realidade se impõe: os gastos com Serviços de Terceiros (o "S" do PMSO) não param de subir.

O que fica evidente é uma tentativa clara de achatar os ganhos e benefícios dos Celesquianos justamente para garantir e acomodar a margem de lucro de empresas terceirizadas. Será que a recusa de abrir esses dados é justamente porque o problema não é o "P" (Pessoal)? Fica a indagação.

> ***Será que a recusa reiterada da empresa em abrir esses dados é justamente porque a empresa sabe que o problema não é o "P" (Pessoal)?***

Dividendos acima da lei, salários abaixo da inflação

Causa bastante estranheza a diretoria argumentar problemas severos de caixa enquanto a empresa registra lucros recordes. Hoje, a Celesc opera com um payout de 42% na distribuição de dividendos — muito acima dos 25% exigidos pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76). Nos últimos quatro anos, a distribuição aos acionistas ultrapassou a marca de R$ 1 bilhão.

Será que essa distribuição muito acima do obrigatório não está sendo financiada exatamente pelo achatamento salarial de quem constrói esses resultados diuturnamente?

A política de reajustes adotada tem sido rigorosa com os empregados, aplicando quase sempre o menor índice entre INPC e IPCA. Na prática, isso corrói nosso poder de compra. Desde 2015, acumulamos uma defasagem que hoje chega a 5,38%.

Ano	Reajuste Aplicado	IPCA	INPC	Defasagem
2015	8,00%	9,49%	9,90%	-1,90%
2016	9,38%	8,48%	9,15%	+0,23%
2017	1,85%	2,54%	1,63%	-0,69%
2018	4,00%	4,53%	3,97%	-0,53%
2019	3,20%	2,89%	2,92%	+0,28%
2020	2,75%	3,14%	3,89%	-1,14%

Ano	Reajuste Aplicado	IPCA	INPC	Defasagem
2021	10,25%	10,25%	10,78%	-0,53%
2022	7,17%	7,17%	7,19%	-0,02%
2023	4,51%	5,19%	4,51%	-0,68%
2024	4,09%	4,42%	4,09%	-0,33%
2025	5,10%	5,17%	5,10%	-0,07%
Total	**79,24%**	**84,40%**	**84,00%**	**-5,38%**

Defasagem acumulada	-5,38%

Segue no verso

Tendo consciência do cenário corporativo, a Intersindical adota uma postura de ponderação: não estamos sequer pleiteando ganho real (acima da inflação) para este ano. O que cobramos é o mínimo razoável: apenas a reposição inflacionária da última década!

Vale-Alimentação

Para além do salário, nosso auxílio-alimentação também vem sendo estrangulado. A proposta atual da Celesc é um reajuste para R$65,00 por vale, totalizando R$1.950,00 mensais. Vamos cruzar isso com a realidade do mercado?

Segundo o DIEESE (07/2026), Florianópolis possui a terceira cesta básica mais cara do país:

Capital	Valor da Cesta Básica (07/2026)
São Paulo	R$ 915,01
Cuiabá	R$ 881,27
Florianópolis	**R$ 860,73**
Rio de Janeiro	R$ 855,37
Porto Alegre	R$ 841,94

Se o empregado destinar R$860,73 do vale para os mantimentos da casa, sobram apenas R$1.089,27 para custear o almoço do mês inteiro, o que representa cerca de R$36,00 por dia.

> ***Todos sabemos que R$860,00 é um valor mais do que suficiente para garantir uma alimentação saudável e nutritiva em Florianópolis para toda a família, não suficiente.***

Na prática, a matemática da empresa nos deixa no zero a zero: o valor proposto mal cobre o almoço no restaurante da Administração Central — obrigando o empregado a fazer a refeição a seco, sem direito a qualquer bebida. Se a conta já não fecha em um restaurante que tem preços licitados e muito abaixo do mercado, como fica a situação de quem precisa pagar o preço real da alimentação em outros municípios?

Estudos da Fipe, em parceria com a ABBT, apontam que o custo real de uma refeição em Florianópolis já passa dos R$66,00, o mais alto do Brasil. Na prática, o valor que a empresa propõe garante somente a cesta básica do DIEESE, a parcos 17 dias de almoço. Para que a conta fechasse — garantindo alimentação no trabalho e em casa —, o auxílio deveria ser de, no mínimo, R$2.720,00 mensais (R$90,00 ao dia).

Reconhecendo as disparidades regionais do estado, a Intersindical apresentou uma proposta de R$70,00 por dia (R$2.100,00 mensais). Ainda assim, a empresa nega. Qual a lógica em negar avanços para garantir a limentação dos empregados, visto que parte desse custo é abatido no Imposto de Renda da empresa via Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)?

Estado de Atenção

Diante da falta de avanços, esperamos que na próxima rodada de negociação, marcada para a próxima quarta-feira (02/09), haja avanços.

Pedimos a todos os celesquianos que se mantenham atentos, e que acompanhem com atenção o desenrolar das rodadas e estejam preparados para uma possível mobilização, caso necessário.

INTERSINDICAL NA LUTA POR UMA EMPRESA PÚBLICA E EFICAZ.

FILIE-SE AO SINDICATO DE SUA CATEGORIA

SENGE-SC / SINTEC-SC / SAESC / SINDECON-SC / SINDIQUÍMICA-SC